



A escravidão nos romances do Segundo Reinado

Slavery in Brazilian Novels during the Second Empire

André Dutra Boucinhas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul / Brasil
andredb@hotmail.com

Resumo: Este artigo propõe uma periodização da representação da escravidão nos romances brasileiros do Segundo Reinado em três etapas: entre 1840 e 1859, ela é naturalizada e não possui qualquer destaque nos enredos; de 1860 a 1879, o tema passa para o centro das atenções, gerando polarização entre textos marcadamente abolicionistas e outros que buscam defender a instituição, reforçando sua função na sociedade; e, por fim, entre 1880 e 1889, a escravidão sai de novo do foco e desaparece de uma parte dos romances, ao mesmo tempo em que criticá-la torna-se quase lugar comum, confirmando o declínio da instituição na última década do Império.

Palavras-chave: literatura brasileira; romance; escravidão; História do Brasil; Segundo Reinado.

Abstract: This article proposes a periodization of the representation of slavery in Brazilian novels published during the Second Empire in three stages. In the first stage, from 1840 to 1859, slavery is naturalized not having any prominence in the central plot. In the second stage, from 1860 to 1879, the subject becomes the main topic, generating polarization between markedly abolitionist texts and those defending slavery by reinforcing its role in society, As a final stage, between 1880 and 1889, it is possible to observe that slavery once again becomes secondary, even disappearing from part of the novels. It is simultaneous to a general critique to the institution, what confirms its decline in the last decade of the Empire.

Keywords: Brazilian literature; novel; slavery; Brazilian history; Second Empire.

De que forma os escravos aparecem nos romances do Segundo Reinado? Apesar de fundamental, essa questão ainda não foi muito explorada, e os estudiosos que se interessaram pelo tema em geral levaram em conta um único autor¹ ou no máximo uma comparação entre dois, impedindo a compreensão das obras em um contexto maior. Assim, ainda que sejam muito conhecidos alguns exemplos de enredos sobre escravidão (*A escrava Isaura* e *Vítimas Algozes*, principalmente), não sabemos se se tratam de exceções no panorama da época ou dos exemplos de maior sucesso dentro de um grande grupo de romances que debateram o assunto.

Para responder a essa pergunta da forma mais abrangente possível vale seguir a proposta de Franco Moretti (2009): abandono do foco exclusivo no cânone e inclusão da produção pouco valorizada e com problemas estéticos, como meio de se aproximar de uma visão geral da literatura e da sociedade de um período. Um dos passos cruciais desse método é a seriação, ou seja, levantamento maciço de dados – gênero do protagonista, uso do indireto livre, da palavra *burguês*, etc. – e construção de gráficos, tabelas e modelos a partir deles. Segundo Moretti, uma vez construído um panorama amplo, a análise de casos específicos ganha novas possibilidades. Seguindo essa trilha, este artigo pretende apresentar uma primeira cronologia sobre a representação da escravidão nos romances do Segundo Reinado, a ser confirmada ou contestada por pesquisas futuras. Por questões de espaço, adotou-se um recorte específico: levantamos todos os romances escritos nesse período e que se passam integral ou parcialmente na cidade do Rio de Janeiro, chegando a um total de 62 textos. A partir da leitura desse conjunto, identificou-se uma evolução marcada por três momentos distintos.

1 1840-1859: escravidão naturalizada

Em 100% dos romances analisados nessa primeira fase, que corresponde aos primeiros que foram escritos no país, há menções a escravos, como podemos observar na tabela 1. Nesta, vemos a quantidade de vezes que se faz referência a escravos no romance e não ao número de cativos. Em *Memórias de um sargento de milícias*, por exemplo, em um determinado ponto, o narrador descreve os tipos de agregado existentes na sociedade brasileira e diz que um deles, o mais abusado,

¹ Um exemplo importante de análise focada em um autor é o estudo de Eduardo de Assis Duarte sobre Machado de Assis (Cf. DUARTE, 2009).

“tornava-se quase o rei em casa, punha, dispunha, castigava os escravos, ralhava com os filhos, intervinha enfim nos mais particulares negócios” (ALMEIDA, 2013, p. 185). Apesar de não se tratar de um personagem específico, contou como uma menção. Da mesma forma, se uma mucama serve a mesa em um capítulo e em outro aparece costurando, foram contabilizadas duas referências, pois assim captamos a presença mais ou menos constante da escravidão no cotidiano da cidade e na literatura.

Quadro 1 – Escravidão nos romances entre 1840-1859

Romance	Menções a escravos ²	alforria
O filho do pescador (Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa)	6 a 10	sim
A Moreninha (Joaquim Manuel de Macedo)	21 a 25	
Amância (Gonçalves de Magalhães)	1 a 5	
Maria, ou vinte anos depois (Joaquim Norberto Souza Silva)	1 a 5	
O moço loiro (Joaquim Manuel de Macedo)	16 a 20	
Os dois amores (Joaquim Manuel de Macedo)	11 a 15	
Rosa (Joaquim Manuel de Macedo)	26 a 30	
Os dois loucos (Justino de Figueiredo Novaes)	1 a 5	
O falso testamento (Joaquim Norberto Souza Silva)	16 a 20	sim
A carteira de meu tio (Joaquim Manuel de Macedo)	1 a 5	
Memórias de um sargento de milícias (Manuel Antônio Almeida)	16 a 20	
O comendador (Francisco Pinheiro Guimarães)	21 a 25	
Cinco minutos (José de Alencar)	1 a 5	
As mulheres perdidas: tipos contemporâneos (José da Rocha Leão)	6 a 10	
O lírio do sepulcro (José da Rocha Leão)	11 a 15	

Nesse primeiro grupo de romances, os escravos, na grande maioria das vezes, realizam ações banais, sem fala ou mesmo nome, como neste trecho de *A moreninha*: “Escravas, decentemente vestidas, ofereciam

² Optou-se por informar o número de referências a escravos em intervalos de 5, pois não se trata de algo simplesmente mecânico. Numa cena de jantar, por exemplo, o narrador pode mencionar um escravo servindo o jantar e, uma frase depois, tirando os pratos, o que poderia ser considerado por alguns como uma menção e, por outros, como duas. Como a questão aqui não é o número exato, considerei essa forma adequada.

chávenas de café fora do caramanchão e, apesar disso, D. Carolina se dirigiu com uma para Fabrício” (MACEDO, 1998, p. 82). Só há duas importantes exceções em que o cativo praticou uma ação de destaque, sendo a mais espetacular delas em *O filho do pescador*. O capítulo em questão começa com um incêndio na casa do personagem-título, que deixa sua esposa Laura desesperada:

No meio desta confusão, viu-se um escravo preto correndo sobre uma parte do edifício, que o fogo havia até então respeitado; ele para diante de uma janela, ergue um machado que trazia, descarrega-o sobre ela, e ao segundo golpe a janela foi escalada. O negro, ligeiro, como um gato, salta por ela para dentro da casa abrasada e desaparece! [...]

Por fatalidade a viga, que prendia a cozinha ao corpo da casa, *único* ponto que a sustentava, acabou de estalar-se em um lugar consumido pelas chamas. A meia *água*, já muito abalada pelo fogo, desmorona-se sobre a casa para o lado da janela, deixando-a sepultada em baixo de suas ruínas! Ao estrondo deste baque seguiu-se o de aflitivos gritos: — João! — era o nome do escravo; e os espectadores o julgaram abafado debaixo de tantos destroços! Dois ou três minutos ao depois, João, trazendo sobre suas costas Augusto, que estava desmaiado, disputa com a morte tanto a sua vida, como a de seu senhor, abrindo caminho por entre chamas! (TEIXEIRA E SOUZA, 1977, p. 55-57).

O esforço não foi recompensado, pois João, mesmo depois do empenho descomunal, acabou sendo obrigado a deixar o filho do pescador para trás. O outro exemplo de papel relevante de um escravo está em *O testamento falso*, em que um cativo de confiança do barão deve impedir que mexam em uma gaveta com documentos comprometedores, mas pega no sono e a fraude de seu senhor acaba sendo descoberta:

– Que é do papel? Que é do papel?
 – Ainda ontem aqui estava!
 – Enquanto não sabias dele! E agora que eu queria entregá-lo às chamas! Daniel, tu és ladrão!

– Meu senhor...

– Abre a outra.

O mordomo carregou na mola, e a gavetinha secreta impeliu a outra e apareceu.

– Vazia! Vazia! Exclamou o barão com um sorriso de amarga ironia.

O mordomo estava ferido de morte.

– Daniel! Daniel! Que dizes a isto? Roubaste-me o ouro antes que eu me arrependesse; e o papel, e o papel, que não sei eu para que o guardava. Também desapareceu!... Pérfido, que é da carta de liberdade que te dei?

– Aqui está, disse o mordomo debruçado em lágrimas.

– Pois toma, disse o barão rasgando e lançando-lhe os pedaços [...]
(SILVA, 1852, p. 197-198).

Os escravos descritos nessas duas cenas tinham a confiança de seus senhores e se empenharam para honrá-la. Não por acaso, trata-se dos únicos a receberem alforria no universo dos romances entre 1840-1860 no Rio de Janeiro. (Por conta do cochilo do escravo em *O testamento falso*, o senhor, em um ato de fúria, chegou a voltar atrás, mas a família restituiu-lhe a liberdade definitiva mais tarde).

As alforrias no Brasil imperial foram mais comuns do que em outras sociedades escravistas, mas, em 1849, por exemplo, os libertos representavam apenas 5% da população do Rio de Janeiro (SOARES, 2007, p. 368), provavelmente um dos índices mais altos de todas as províncias, se não o mais alto. Nenhum dos dois casos fictícios relatados envolveu o pagamento pela liberdade, indo ao encontro da tendência da época, pois, segundo Luiz Carlos Soares, 63% das alforrias entre 1808 e 1850 foram gratuitas. No entanto, a maioria das libertações desse tipo eram imediatas (SOARES, 2007, p. 277), diferentemente dos dois exemplos citados, em que os escravos tiveram de trabalhar durante toda a vida do seu senhor como condição da alforria. Os romancistas, portanto, evitaram representar casos de libertação e, quando fizeram, tomaram cuidado para explicitar que eram modelos de fidelidade. Além disso, escolheram o tipo mais conservador de alforria, em que o proprietário podia mudar de ideia até o último instante.

Importante ressaltar que em nenhuma das obras em questão nessa primeira fase encontra-se um protagonista cativo, com papel de destaque ou com personalidade própria (mesmo levando-se em conta as personagens estereotipadas desses primeiros romances brasileiros).³

³ Vale lembrar que esta pesquisa trata de romances que se passam no Rio de Janeiro, portanto, o importante caso de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, escrito e localizado no Maranhão, está fora do recorte. Trata-se, porém, da única exceção que conheço para todo o período.

Como afirma Angela Alonso, referindo-se basicamente ao mesmo período, “o escravismo brasileiro operou com a técnica de invisibilização. O escravo ganhou nos enredos seu lugar nas casas senhoriais, o de pano de fundo” (ALONSO, 2015, p. 58). Desnecessário dizer, portanto, que não há qualquer crítica à escravidão.

Os primeiros romancistas do Brasil faziam parte de um restritíssimo grupo, que se via como a boa sociedade nacional e buscava disseminar seu modo de vida pelo país recém pacificado, após o conturbado período regencial.⁴ Nesse contexto, os escritores julgaram mais prudente não mexer em temas delicados, como ascensão social, por exemplo, praticamente ausente nessa fase inicial. Da mesma forma, naturalizaram a escravidão, omitindo qualquer atitude de oposição a ela que, embora restrita, existia. Tâmis Parron (2011) demonstrou como os saquaremas mobilizaram suas forças para silenciar as vozes antiescravistas nos anos 1840/1850 e, nesse sentido, os romancistas foram seus aliados. Dessa forma, procuramos entender o romance não como um mero produto de seu contexto, mas sim como algo que responde a ele. Como afirmou Antônio Candido sobre a obra literária em geral:

só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno (CANDIDO, 2000, p. 6).

Como conclusão, podemos generalizar a análise de Jean-Michel Massa sobre o primeiro conto de Machado de Assis para essa primeira fase do romance nacional: “As desigualdades sociais, a hierarquia das classes eram um fato que ele não discutia. Seu primeiro conto supõe, em todo caso, uma total ausência de interesse por uma literatura social” (MASSA, 2008, p. 169). No período seguinte, isso mudou radicalmente.

⁴ A única exceção a esse modelo dentro do nosso recorte foi *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, mas sua análise não cabe dentro dos objetivos deste artigo.

2 1860-1879: oposição de ideias

Na década de 1860, os efeitos da lei Eusébio de Queirós começaram a aparecer de forma mais intensa. O que mais importa aqui é a perspectiva concreta do final da escravidão, pois a grande desigualdade de gênero entre os cativos brasileiros e a alta taxa de mortalidade infantil davam a certeza de que o momento chegaria em breve. Por si só, isso já poderia servir de estímulo para os abolicionistas tomarem a cena de assalto, mas houve mais. O valor do escravo aumentou velozmente – o preço real aumento de 627\$000 (627 mil-réis) em 1835 para 1:007\$900 (1 conto 7 mil e 900 réis) em 1870 (MELLO, 1984, p. 104) –, gerando um fluxo da cidade para as fazendas de café e, ao mesmo tempo, dos pequenos para os grandes proprietários. Isso abalou a legitimidade do escravismo, pois cada vez menos pessoas eram senhores de escravos e se tornavam, portanto, no mínimo indiferentes em relação ao futuro da instituição.

Esse pano de fundo favorável ao fortalecimento do movimento abolicionista contou ainda com dois fatores fundamentais nos anos 1860: a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865) e a Guerra do Paraguai (1865-1870). O primeiro foi decisivo para alertar a elite brasileira dos riscos que a escravidão e, sobretudo, uma desigualdade regional forte em relação à propriedade escrava poderia gerar. A medida que o conflito se prolongava e as notícias da escalada de violência chegavam ao país, muitos passaram a considerar a necessidade de se fazer a abolição completa de uma vez por todas. O próprio D. Pedro II, em 1864, mandou instruções ao seu gabinete, “dizendo-se preocupado como que se passava nos Estados Unidos e sugerindo que o Brasil iniciasse o processo abolicionista com uma lei de libertação do ventre” (CARVALHO, 2007, p. 132). O que retardou o imperador foi justamente a Guerra do Paraguai, que exigia a manutenção da unidade, que certamente seria (como de fato foi) abalada por discussões sobre abolição. O imperador se contentou a, naquele momento, estudar projetos para uma aplicação futura e incluir o tema na Fala do Trono de 1867, que, para Joaquim Nabuco, foi “para a emancipação como um raio, caindo de um céu sem nuvens” (NABUCO, 2010, p. 75). A oposição se manifestou imediatamente; José de Alencar, por exemplo, publicou artigos na imprensa dizendo que “sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria hoje um vasto deserto”. Essa postura do romancista terá reflexos diretos na sua obra, como veremos a seguir.

Se a Guerra do Paraguai retardou medidas específicas, o seu fim deu nova força para o abolicionismo. O governo concedeu alforria a todos os cativos que lutaram no conflito, aumentando o número de libertos, especialmente no Rio de Janeiro, destino comum de muitos deles. Esse fato despertou o sentimento dos familiares e amigos que ainda estavam no cativeiro de que mereciam sorte melhor e, ao mesmo tempo, os livres que combateram ao lado dos escravos reconheceram o valor dos soldados cativos e rapidamente aderiram, de formas variadas, ao movimento. Além disso, a forte presença da escravidão na tropa brasileira envergonhou a elite. D. Pedro II, logo após o término do conflito, voltou sua atenção para a questão servil, e o escolhido para liderar a empreitada foi o próprio Paranhos, tornado Presidente do Conselho de Ministros. Ele encaminhou um projeto de libertação do ventre em 1871 que, segundo José Murilo de Carvalho, gerou “os debates mais longos e violentos que jamais houve” (CARVALHO, 2007, p. 135) na Câmara. Rio Branco esperava oposição, mas foi surpreendido pela sua virulência: “Nunca pensei [...] que da parte daqueles que tendem antes a conservar o *status quo* do que a modificá-lo, se levantassem tantas apreensões, tanta celeuma” (ALONSO, 2015, p. 56). Como se sabe, a lei foi aprovada e eliminou a reprodução natural da escravaria, colocando o fim do escravismo em um horizonte muito mais próximo.

Os romancistas brasileiros, evidentemente, não ficaram à parte das transformações e buscaram intervir e influenciar o debate sobre a escravidão, cada um à sua maneira, como pode ser notado observando-se o quadro 2.

Quadro 2 – Escravidão nos romances de 1860-1879

Romance	Ano	Referências a escravos	Alforrias
A viuvinha (José de Alencar)	1860	1 a 5	
Paulo (Bruno Henrique de Almeida Seabra)	1861	1 a 5	
Lucíola (José de Alencar)	1862	1 a 5	
Diva (José de Alencar)	1864	1 a 5	
Culto ao dever (Joaquim Manuel de Macedo)	1865	0	
Memórias de um pobre diabo, por Aristóteles de Souza (Bruno Henrique de Almeida Seabra)	1868	1 a 5	
Memórias do sobrinho do meu tio (Joaquim Manuel de Macedo)	1868	6 a 10	
A luneta mágica (Joaquim Manuel de Macedo)	1869	6 a 10	

(Continua)

			(Conclusão)
Nina (Joaquim Manuel de Macedo)	1869	6 a 10	
Vítimas Algozes (Joaquim Manuel de Macedo)	1869	+ 100 (sem os protagonistas)	1
A namoradeira (Joaquim Manuel de Macedo)	1870	11 a 15	
A pata da gazela (José de Alencar)	1870	11 a 15	
A família Agulha (Luís Guimarães Junior)	1870	46 a 50	
O tronco do Ipê (José de Alencar)	1871	71 a 80	2
Um noivo a duas noivas (Joaquim Manuel de Macedo)	1871	6 a 10	
A misteriosa (Joaquim Manuel de Macedo)	1872	1 a 5	
Lágrimas do coração – Manuscrito de uma mulher (Alfredo D'Escagnolle Taunay)	1872	1 a 5	
Os quatro pontos cardeais (Joaquim Manuel de Macedo)	1872	21 a 25	
Ressureição (Machado de Assis)	1872	6 a 10	
Sonhos d'ouro (José de Alencar)	1872	41 a 45	
Aspásia (João Manuel Pereira da Silva)	1873	0	
A mão e a luva (Machado de Assis)	1874	1 a 5	
A escrava Isaura (Bernardo Guimarães)	1875	+ 100 (sem os protagonistas)	1
Ouro sobre azul (Alfredo D'Escagnolle Taunay)	1875	11 a 15	
Senhora (José de Alencar)	1875	31 a 35	
A baronesa do amor (Joaquim Manuel de Macedo)	1876	31 a 35	
Helena (Machado de Assis)	1876	21 a 25	
Encarnação (José de Alencar)	1877	1 a 5	
Ex-homem (José de Alencar)	1877	6 a 10	1
O homem (Aluísio Azevedo)	1877	1 a 5	
Iaiá Garcia (Machado de Assis)	1878	0	1
Maria do Patrocínio (Gabriela de Jesus Ferreira França)	1879	21 a 25	1

A maior variação é o primeiro elemento, que chama a atenção. Na fase anterior (1840-1859), os escravos apareciam em todos os romances,

mas não contabilizamos mais de 30 referências a eles na história.⁵ Nas obras escritas entre 1860 e 1879, existem duas em que não ocorre nenhuma menção a cativos (*Culto ao dever* e *Aspásia*), além de *Iaiá Garcia*, um caso duvidoso, mas genial e típico de Machado de Assis. Neste, já no primeiro capítulo somos apresentados a Raimundo, que

parecia feito expressamente para servir Luís Garcia. Era um preto de cinquenta anos, estatura mediana, forte, apesar de seus largos dias, um tipo africano, submisso e dedicado. Era escravo e livre. Quando Luís Garcia o herdou de seu pai – não avultou mais o espólio –, deu-lhe logo carta de liberdade. Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o atrevimento; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu.

– És livre – disse Luís Garcia –, viverás comigo até quando quiseres. Raimundo foi dali em diante um como espírito externo de seu senhor [...]. Luís Garcia não dava ordem nenhuma; tinha tudo à hora e no lugar competente (MACHADO DE ASSIS, 2011, p. 52-53).

Raimundo começa o romance alforriado, mas seu sentimento em relação a isso pega o leitor de surpresa. Esperamos alegria, gratidão, desejo de aproveitar a liberdade, porém encontramos subserviência. Podemos imaginar que essa submissão fosse fruto do conhecimento das dificuldades de um velho africano liberto conseguir se virar sozinho e, talvez por isso, o resultado é sua permanência na casa do antigo senhor, trabalhando como se ainda fosse cativo. Para reforçar essa situação, diversas vezes as personagens à sua volta e o próprio narrador o chamam de escravo. Cochilo de Machado de Assis? Dificilmente. O autor apontava, já em 1878, que para resolver a questão servil seria necessário muito mais do que a abolição.

A ausência de referências à escravidão em duas obras e a possibilidade de criar uma situação como a do “escravo alforriado”

⁵ Como explicitado anteriormente, trata-se do número de vezes que o narrador chama a atenção para um escravo ou um grupo deles. Um trecho, por exemplo, em que o protagonista diz que possui 30 cativos, conta como uma única referência e não 30. O objetivo é analisar a presença da escravidão no romance e não indicar a quantidade de escravos das personagens.

Raimundo evidenciam uma mudança radical. A concentração da propriedade nas mãos de uma reduzidíssima elite, normalmente rural, permitiu aos romancistas criar personagens, mesmo de vida confortável, que não fossem senhores, algo que não encontramos no período anterior. Ao mesmo tempo, o aumento considerável do número de libertos na sociedade, especialmente do Rio de Janeiro, e o empenho da campanha abolicionista também engendravam o contexto do qual nasceu *Iaiá Garcia*.

Importante notar também que, se agora encontramos romances sem escravos, em outros o número de referências é significativamente maior do que na fase anterior. Nesta, nunca passaram de 30 as menções à escravidão, enquanto no quadro 2 elas superaram 50 algumas vezes. A posição política do autor certamente influenciava suas escolhas na hora de desenvolver o enredo. As obras de José de Alencar, importante defensor da escravidão, possuem sempre referências a cativos e estão entre as com maior número delas. Além disso, em seus romances a instituição permanece naturalizada como no período anterior. Em *Senhora*, por exemplo, há seis passagens com referências explícitas a escravos, sendo cinco delas neutras, como esta: “recolheu-se a seus aposentos, onde a esperava a mucama para despi-la” (ALENCAR, 1994, p. 194). Apenas uma vez, um deles fala:

Ordenava ela à mucama que distribuísse pelas outras uns enfeites e vestidos já usados.

– Sinhá é muito desperdiçada! Observou a mucama com a liberdade que as escravas prediletas costumam tomar. Não sabe poupar como senhor que traz tudo fechado, até o sabonete!

– Não tens que ver, nem tu nem as outras, com o que faz teu senhor! Atalhou Aurélia com severidade.

Bem *ímpetos* sentiu a moça de interrogar a mucama; mas resistiu a esse desejo veemente para conservar o decoro de sua posição e não abaixar-se até a familiaridade com a criadagem (ALENCAR, 1994, p. 134).

No único momento em que uma escrava dá uma opinião, é repreendida por atrevimento. E isso de forma alguma mancha o caráter da Aurélia, pois a ação é vista como sinal de sua dignidade, pois não se abaixou “até a familiaridade com a criadagem”. Escravidão e liberalismo, no romance de Alencar, como sugeriu Schwarz, continuavam a andar de mãos dadas e nada tinham de antagônicas. Era fundamental para o grupo escravista aparentar que nada mudou e não estimular atitudes que

pudessem desestabilizar a instituição. O próprio Alencar afirmou que o fim da escravidão deveria ser um “fato natural, como foi a sua origem e desenvolvimento. Nenhuma lei a decretou; nenhuma pode derogá-la” (ALONSO, 2015, p. 62). Assim, a caracterização de seus romances estava diretamente ligada ao seu projeto político e à sua visão de mundo.

O romancista fazia parte de um grupo que ficou conhecido como “Emperrado”, pois tentou impedir toda e qualquer medida antiescravista, por mais conservadora que pudesse ser. E, de fato, especialmente antes dos anos 1880, o movimento abolicionista se manteve um produto da elite e, como tal, não pretendia grandes alterações na estrutura social – daí a relevância e originalidade da crítica de Machado de Assis, em *Iaiá Garcia*, que revelou a face cruel detrás de uma atitude supostamente benevolente. Esse aspecto também pode ser notado na questão das alforrias. Elas continuaram pouco frequentes nos romances (6 casos num total de 33 obras) e cinco delas foram concedidas pelo proprietário sem exigência de pagamento, ou seja, mantinham o foco no senhor e expressavam a sua aparente generosidade. Havia outras maneiras de se obter a carta de alforria que envolviam diretamente a ação do escravo – trabalhar além do exigido, juntar dinheiro e comprar sua liberdade – mas nenhum romancista escolheu enfatizar essa possibilidade. No único exemplo de cativo que paga a sua liberdade – a protagonista de *A escrava Isaura* – o dinheiro foi acumulado pelo seu pai, que era livre, e imposto ao proprietário por Álvaro, milionário abolicionista da boa sociedade e, claro, apaixonado por Isaura. No recorte dessa pesquisa, só há um caso de cativo pagando sua alforria com fruto do seu próprio esforço, e mesmo assim uma passagem rápida em torno de uma personagem absolutamente secundária. Trata-se da ama de leite de Amâncio, de *Casa de Pensão*, publicado em 1883, que

tão carinhosa, tão solícita se mostrou, que o senhor, quando o filho deixou a mama, consentiu em passar-lhe a carta de alforria por seiscentos mil-réis, que ela ajuntara durante quinze anos. Mas a preta não abandonou a casa de seus brancos e continuou a servir, como dantes; menos, está claro, no que dizia respeito aos castigos, porque a desgraçada, além de forra ia já caindo na idade. (AZEVEDO, 2014, p. 78).

Não sei se há na literatura do Segundo Reinado outro exemplo de liberdade comprada pelo próprio escravo, bem como não existem libertos

que se tornam bem-sucedidos, sendo que as duas situações ocorriam, ainda que não de forma corriqueira. Assim, embora entre 1860 e 1879 tenham surgido os primeiros enredos com escravos sendo personagens importantes – o que é um avanço significativo –, mesmo os romances abertamente abolicionistas do período – *A escrava Isaura* e *Vítimas Algozes* – possuem um tom conservador, pois mantém o controle de todo o processo nas mãos da elite proprietária. Vejamos esses casos mais detidamente.

Vítimas Algozes, de Joaquim Manuel de Macedo, foi publicado em 1869, antes do fim definitivo da Guerra do Paraguai, mas depois da referida Fala do Trono de 1867 e da resposta enérgica de José de Alencar no ano seguinte; ou seja, em um contexto em que a escravidão tinha entrado na pauta dos assuntos do dia e cada vez mais pessoas se apresentavam para criticá-la. Uma delas foi Joaquim Manuel de Macedo, que na verdade retomou uma reflexão que havia feito no período anterior, alterando a ênfase. Em *Os dois amores*, de 1848, o narrador alerta o público que a indiferença da elite política em relação ao estrato mais baixo da sociedade levaria a uma revolta, na qual este “levantará a cabeça, orgulhoso como um leão e terrível como um tigre” (MACEDO, 2014); em *Vítimas Algozes*, transferiu o foco para o perigo escravo e, ao invés de simplesmente enunciar o risco do comportamento excludente do governo, resolveu também contar histórias verossímeis que evidenciassem aquela situação alarmante. Aos olhos do leitor de hoje tudo soa bastante didático, mas em relação ao romance de 1848 o ganho literário foi enorme, bem como o impacto junto ao público.

O livro é formado de três pequenas histórias independentes entre si, mas todas estruturadas da mesma forma e com objetivo idêntico: mostrar ao leitor que a escravidão levava o cativo a um comportamento violento, colocando em risco a boa sociedade. Assim, o argumento abolicionista de Macedo tinha pouco de inclusivo e não demonstra nenhuma preocupação com o futuro dos ex-escravos após o fim do cativeiro. Não importa aqui se esta era a opinião do autor ou apenas uma estratégia de convencimento, mas não vemos o tipo de comentário cético sobre as alternativas dos escravos, como em *Iaiá Garcia*. A primeira história se chama *Simeão, o crioulo*, e começa apresentando o cotidiano de uma pequena venda de interior, frequentada pelos escravos locais, que a buscavam para beber, reclamar e até planejar revoltas:

De ordinário, pelo menos muitas vezes, é nessas reuniões, é nesse foco de peste moral que se premeditam e planejam os crimes que ensanguentam e alvoroçam as fazendas. Na hipótese de uma insurreição de escravos, a venda nunca seria alheia ao tremendo acontecimento.

Todavia tolera-se a venda [...].

Porquê?...

É que se proibissem a venda, de que trato, se lhe fechassem a porta, se lhe destruíssem o teto, ela renasceria com outro nome, e, como quer que fosse, e, onde quer que fosse, havia de manter-se, embora dissimulada e abusivamente.

A lógica é implacável.

Não é possível que haja escravos sem todas as consequências escandalosas da escravidão: querer a úlcera sem o pus, o cancro sem a podridão é loucura (MACEDO, 2014).

O recado é claro e a linguagem do narrador, dura. A utilização da metáfora da escravidão como “cancro” era extremamente significativa, embora não original, pois havia sido usada por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823, em uma representação para a Assembleia Constituinte. O narrador, depois desse fragmento, começa um enorme discurso sobre a ameaça escrava e suas causas, abordando o tema com uma crueza provavelmente inédita na literatura nacional até aquele momento. Até mesmo a crença amplamente aceita da suposta passividade do escravo brasileiro devido ao bom tratamento recebido de seus senhores é atacada:

Porque o escravo, por melhor que seja tratado, é, em regra geral, pelo fato de ser escravo, sempre e natural e logicamente o primeiro e mais rancoroso inimigo de seu senhor.

O escravo precisa dar expansão à sua raiva, que ferve incessante, e esquecer por momentos as horas, as misérias e os tormentos insondáveis da escravidão; é na venda que ele se expande e esquece; aí o ódio fala licencioso e a aguardente afoga em vapores e no atordoamento a memória (MACEDO, 2014).

Não se trata de negar o bom coração dos senhores brasileiros, algo reforçado pelas histórias do romance, mas sim os seus imaginados benefícios. “A história que vai seguir-se [...] talvez lembre alguma infelizmente mais ou menos semelhante, e cujo horror é somente um dos frutos e dos horrores da escravidão. Sementeira de venenosos espinhos, a escravidão não pode produzir flores inocentes” (MACEDO, 2014). A

base do argumento de Macedo era de que aquelas terríveis tramas que iria narrar nada tinham de extraordinárias e, por isso, quanto mais reforçasse seu caráter típico, melhor.

O primeiro enredo trata de Simeão, africano de uns vinte anos, que tinha modos “de homem livre”, vestido com asseio e sem mãos e pés calejados, pois fora apadrinhado pela família de seus senhores, sendo assim liberado de trabalhos mais pesados. Filho da ama de leite dos seus senhores e da mesma idade da filha deles, Florinda, Simeão foi criado como seu irmão. Até os oito anos, sequer notou sua condição de escravo, tamanhos eram os benefícios que recebia; depois disso, não comia mais ao lado de seus proprietários nem dormia no quarto de Florinda, mas cresceu “sem hábito de trabalho, abusando muitas vezes da fraqueza dos senhores, sem atingir a dignidade de homem livre, e sem reconhecer nem sentir a absoluta submissão do escravo” (MACEDO, 2014). Fica claro que testemunharemos alguma ação violenta de um cativo que tinha tudo para se sentir agradecido, aumentando a força dramática do ato e a importância da denúncia. Macedo sabia, entretanto, que isso podia fortalecer o argumento de alguns escravistas que, acusando os africanos e seus descendentes de bárbaros, defendiam a manutenção do cativeiro. O narrador não deixa margem para dúvidas e explícita que o problema está na instituição, não nas pessoas:

Fora absurdo pretender que a ingratidão às vezes até profundamente perversa dos crioulos amorosamente criados por seus senhores é neles inata ou condição natural da sua raça: a fonte do mal, que é mais negra do que a cor desses infelizes, é a escravidão, a consciência desse estado violenta e barbaramente imposto, estado lúgubre, revoltante, condição ignóbil, mãe do ódio, pústula encerradora de raiva, pantanal dos vícios mais torpes que degeneram, infeccionam, e tornam perverso o coração da vítima, o coração do escravo (MACEDO, 2014).

Aos dezenove anos, ao ser excluído dos banquetes, festas e divertimentos dos seus senhores, até pouco tempo vistos como sua própria família, Simeão foi se tornando ressentido e passou a roubar dinheiro e objetos de valor. Apesar de saberem do fato, todos preferiam fingir que não viam, imaginando que se tratava de coisa passageira, da idade, até que um dia ele foi pego em flagrante. Florinda tentou protegê-lo, mas o escravo foi, pela primeira vez na sua vida, chicoteado. A partir de então,

Simeão passou a odiar seus senhores. “Onde há escravos é força que haja açoite. Onde há açoite é força que haja ódio. Onde há ódio é fácil haver vingança e crimes” (MACEDO, 2014), ensina o narrador, que termina o capítulo de forma ainda mais direta: “O negro escravo é assim. Se não quereis assim, acabai com a escravidão” (MACEDO, 2014).

O comportamento de Simeão piora substancialmente. Certo de que o senhor lhe deixou a alforria em seu testamento, passa a torcer pela sua morte, a ponto de tardar a chamar um médico quando lhe foi pedido. Além disso, vela pelo patrão apenas para furtá-lo enquanto descansa e gasta os seus ganhos no jogo e nas bebidas da venda, onde se aproxima de tipos sem caráter. Quando Domingos Caetano, proprietário de Simeão, finalmente morre, a ansiedade se transforma em desilusão: gozará de plena liberdade somente após a morte da esposa Angélica.

Foi medonho o desencanto de Simeão, que saiu da sala quase cambaleando, aturdido pelo golpe que recebera.

A sua esperança de liberdade despedaçara-se contra os ferros da escravidão.

O crioulo despertou, saindo de um sonho celeste, e entrou na vigília do inferno.

Turvo e como atoleimado, atravessou a cozinha, murmurando automaticamente “escravo... escravo...” (MACEDO, 2014).

Sem saber que a família estava decidindo libertá-lo de uma vez, a pedidos de Angélica, Simeão planeja, com companheiros da venda, uma invasão e assalto da casa de seus senhores, seguido do assassinato deles. No momento decisivo, o escravo “levantou o machado, e descarregou sobre a cabeça de Angélica, que morreu sem expirar. O machado partira pelo meio a cabeça da protetora e segunda mãe do assassino”. Seguiu-se uma intensa luta, que leva à morte Florinda, seu marido Hermano e o próprio Simeão. O narrador conclui a história com mais um longo sermão sobre os perigos da escravidão para o cativo e sobretudo para a elite, seu público leitor, conclamando todos a se unirem pela abolição: “É a força santa do carrasco anjo: é a civilização armando a lei que enforque para sempre a escravidão” (MACEDO, 2014).

Os outros dois enredos de *Vítimas Algozes* abordam tipos diferentes da escravidão brasileira, mas repetem o mesmo esquema narrativo e o argumento central de *Simeão, o crioulo*; assim, podemos passar para o outro romance importante sobre o mundo escravo e, ao

mesmo tempo, símbolo da literatura abolicionista: *A escrava Isaura*. Lançado em 1875, o romance de Bernardo Guimarães segue, num certo sentido, uma estratégia semelhante à de Macedo: evidenciar a ameaça que o escravismo representa para a sociedade. Essa ameaça, entretanto, difere bastante nos dois casos. Guimarães decidiu narrar a vida trágica de uma escrava branca, injustamente mantida no cativeiro e impedida de se casar com a pessoa amada. Ainda que muitas interpretações desse argumento central sejam possíveis, algo que não escapava ao público da época era o amplo alcance da escravidão, capaz de atingir mesmo uma moça de pele clara e de bons modos como Isaura – e como a leitora do romance. A própria descrição da protagonista gera a identificação de Isaura com as mulheres da elite:

Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenham-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda a análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuança delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor de rosa desmaiada (GUIMARÃES, 1995, p. 13).

Isaura, além de traços físicos europeus, teve também uma criação diferenciada, sabendo inclusive tocar piano, instrumento símbolo da boa sociedade. Ela era filha de um feitor português com uma “linda mulata”, que morreu cedo devido aos maus tratos do seu senhor, o comendador, indignado pelas recusas da escrava às suas investidas sexuais. A mulher do comendador, triste pela perda de sua mucama favorita, se apiedou e resolveu criar Isaura como uma filha, ela mesma ensinando-a “a ler e escrever, a coser e a rezar. Mais tarde procurou-lhe também mestres de música, de dança, de italiano, de francês, de desenho, comprou-lhe livros, e empenhou-se enfim em dar à menina a mais esmerada e fina educação” (GUIMARÃES, 1995, p. 19). Tanto zelo deveria tê-la levado a, pelo menos, tentar libertar Isaura, mas a docilidade do escravismo brasileiro tinha limites nítidos, como fica claro pela conversa entre a senhora de Isaura e sua nora:

– Por que razão não libertam esta menina? – dizia ela um dia à sua sogra. – Uma tão boa e interessante criatura não nasceu para ser escrava.

– Tem razão, minha filha, – a respondeu bondosamente a velha; – mas o que quer você?... não tenho ânimo de soltar este passarinho que o céu me deu para me consolar e tornar mais suportáveis as pesadas e compridas horas da velhice. E também libertá-la para que? Ela aqui é livre, mais livre do que eu mesma, coitada de mim, que já não tenho gostos da vida nem forças para gozar da liberdade. Quer que eu solte a minha patativa? E se ela transviar-se por aí, e nunca mais acertar com a porta da gaiola? ... Não, não, minha filha; enquanto eu for viva, quero tê-la sempre bem pertinho de mim, quero que seja minha, e minha só. Você há de estar dizendo lá consigo – forte egoísmo de velha! – mas também eu já poucos dias terei o cuidado de deixar-lhe um bom legado (GUIMARÃES, 1995, p. 23).

Até aqui, repete-se a situação de *Vítimas Algozes*: uma escrava tratada, na superfície, como parte da família, sem que isso apagasse a humilhante situação de ser vista como uma propriedade. No entanto, enquanto Macedo queria gerar medo na elite apontando ações violentas dos cativos que se revoltam, Guimarães pretendia tocar o coração das leitoras fazendo-as sofrer como se fossem a própria Isaura. Por isso, o autor lançou mão de um vilão, Leôncio, que atormenta a vida de Isaura. Sua caracterização não deixa espaço para dúvida: filho do comendador, “mau aluno e criança incorrigível, turbulento e insubordinado” (GUIMARÃES, 1995, p. 16), abandonou as escolas de Medicina e Direito e mudou-se para a Europa, onde não fez mais do que gastar o dinheiro paterno. Quando retornou ao Brasil para administrar a fazenda do pai, “começou a prestar atenção à extrema beleza e às graças incomparáveis de Isaura” (GUIMARÃES, 1995, p. 21), passando a fazer investidas frequentes, apesar das sucessivas recusas da própria escrava. Vendendo-a como sua propriedade, não aceitava a rejeição e foi se tornando cada vez mais audaz e mesmo violento. Como definiu o narrador, “Leôncio era um digno herdeiro de todos os maus instintos e da brutal devassidão do comendador” (GUIMARÃES, 1995, p. 21). Para o enredo funcionar como peça abolicionista, a escravidão precisava se mostrar injusta, comovendo a leitora. Para isso, o autor envolveu o pai de Isaura, usando mais uma vez tintas fortes na apresentação da personagem:

Miguel era filho de uma nobre e honrada família de miguelistas, que havia emigrado para o Brasil. Seus pais, vítimas de perseguições políticas, morreram sem ter nada que legar ao filho,

que deixaram na idade de dezoito a vinte anos. Sozinho, sem meios e sem proteção, viu-se forçado a viver do trabalho de seus braços, metendo-se a jardineiro e horticultor, mister este, que como filho de labrador robusto, ativo e inteligente, desempenhava com suma perícia e perfeição (GUIMARÃES, 1995, p. 21).

A trajetória de Miguel nos remete aos folhetins mais idealizados da época, por meio dos quais o autor busca atingir o público apelando para seus sentimentos. Um membro da nobreza se vendo obrigado a trabalhar de jardineiro e, sem mais nem menos, realizando a tarefa com destreza atingia diretamente a imaginação do leitor e capturava a atenção do público, aumentando o valor da ação do pai, descrita a seguir. Apesar da repulsa de Miguel pelo comendador, visitava-o constantemente implorando para que colocasse um valor sobre Isaura, para poder comprá-la. Depois de muito recusar, “para se ver livre das importunações e súplicas de Miguel” (GUIMARÃES, 1995, p. 37), estabeleceu o preço de dez contos de réis e o prazo de um ano. Trata-se de soma totalmente irreal, quase dez vezes o valor de mercado, como bem sabiam os leitores da época, intensificando ainda mais a tragédia do pai e da filha. Como era de se esperar, “à força de trabalho e economia, impondo-se privações, vendendo todo o supérfluo, e limitando-se ao que era estritamente necessário” (GUIMARÃES, 1995, p. 37), ele conseguiu reunir metade da quantia pedida e obteve o restante mediante um empréstimo. Levou-a para Leôncio, que sabia da promessa do pai, mas disse que não podia negociar em seu nome; após a morte do comendador, sem qualquer outro motivo legítimo, foi “protelando indefinidamente o cumprimento de seu dever, assentou de afrontar com cínica indiferença e brutal sobranceira as justas exigências e exprobrações de Malvina” (GUIMARÃES, 1995, p. 48), esposa de Leôncio, que também advogava em favor de Isaura, por ciúme.

A partir desse ponto, a tragédia da protagonista vai se aprofundando continuamente. Louco de desejo por ela, Leôncio vai lhe impondo cada vez mais severas punições, de trabalhos fatigantes a castigos violentos. Nesses momentos, há diversas cenas de Isaura com outros cativos, principalmente mulheres que apresentam personalidades bastante diferenciadas, sendo uma invejosa, outra solidária, outra mais obediente, variedade ausente nos romances brasileiros até então. Normalmente, diferenciava-se a escravaria apenas entre leais e desleais, mas Bernardo Guimarães, ainda que de forma incipiente, constrói personagens escravas com temperamentos próprios, além de dar mais atenção ao cotidiano da

escravidão doméstica, mostrando que também ele podia ser opressor. Depois de muito sofrimento, Isaura foge com seu pai para Recife e lá conhece Álvaro, rico, de família distinta e abolicionista radical – talvez o primeiro do romance brasileiro – que se apaixona por Isaura e, no fim das contas, força Leôncio a vender Isaura e casa-se com ela.

A diferença entre Macedo e Guimarães é de estilo, claro, mas também resultado do crescimento do movimento abolicionista. Escrevendo no momento em que o tema surgia como uma pauta nacional, em 1868, Macedo foi mais conservador, tentando convencer a elite através do medo; já Guimarães, publicando em 1875, pegava o debate estabelecido e a sociedade começando a se polarizar em torno dele, o que lhe permitiu pronunciar-se claramente a favor de uma escrava, ainda que de feições e modos elitizados. No entanto, há entre os dois casos um elemento comum ainda não mencionado. Nas duas obras abolicionistas analisadas, talvez as mais importantes de todo o período de que trata este capítulo, a expectativa frustrada de alforria exerce um papel fundamental nos dois enredos: ela impulsiona os protagonistas para a ação – seja a fuga de Isaura, seja o assassinato cometido por Simeão. Isso aponta para um entendimento tácito sobre as alforrias: elas haviam se tornado tão legítimas aos olhos de todos que qualquer tentativa de anulação ou mesmo adiamento colocava o senhor em uma situação arriscada. Isso não era percebido apenas pelos autores, mas também pelos próprios cativos, como se pode notar pelo aumento de ações de liberdade na Justiça, normalmente ao lado de advogados abolicionistas, sob o argumento de cativo injusto (CHALHOUB, 1998).

A questão servil pautou boa parte da sociedade brasileira a partir dos anos 1860 e, conseqüentemente, dos romancistas do período. A forma de posicionamento variava bastante, sendo alguns mais explícitos, como Macedo, outros agindo por meio de sugestões, como Machado de Assis; uns contra, como Bernardo Guimarães, outros a favor, como José de Alencar; mas era quase impossível escapar do debate. Vimos como isso se manifestou até mesmo na quantidade de referências a escravos nos romances. Entre 1840 e 1860 eles apareceram sempre, porque era difícil tratar da vida cotidiana do Rio de Janeiro sem mencioná-los. No entanto, com frequência eram poucas menções, pois os autores não estavam preocupados com a questão, algo que mudou na fase seguinte. Se o romancista defendia a manutenção da escravidão, fazia sentido mostrar sua onipresença e ressaltar a importante função que exerciam; por

outro lado, o aumento das menções a escravos também era devido a um novo tipo de obra, explicitamente abolicionista, que pretendia ressaltar a injustiça e a ameaça que a escravidão representava para todos, com objetivo de arregimentar mais simpatizantes para o movimento. Paralelo a isso, tornou-se possível também criar histórias sem a presença deles, já que se tornavam cada vez menos presentes no cotidiano urbano carioca, devido ao aumento do preço. Permeando as ações dos escravos, estava o sonho da alforria e de uma vida melhor, ou seja, de ascensão social.

3 1880-1889: antiescravismo naturaliza-se

A década de 1880 caracterizou-se pelo auge do abolicionismo, o maior movimento social da história brasileira até então. Com raízes nas décadas anteriores, foi nos últimos anos da Monarquia que ele se tornou verdadeiramente popular e chegou às ruas. Ao contrário do que se poderia esperar, os romances não acompanharam essa tendência de radicalização.

Quadro 3 – Escravidão nos romances entre 1880 e 1889

Romance	Ano da 1. ed.	Nº de referências a escravos	Alforria
A madrastra (Alfredo Bastos)	1880	1 a 5	sim
Memórias póstumas de Brás Cubas (Machado de Assis)	1881	16 a 20	1
Memórias de um condenado ou Condessa Vesper (Aluísio Azevedo)	1882	1 a 5	
Amores de um médico (Joaquim Manuel de Macedo)	1882	5 a 10	sim
Girândola de amores (ou Mistério da tijuca) (Aluísio Azevedo)	1882	31 a 35	1
O marido da adúltera (Lucio de Mendonça)	1882	11 a 15	
Casa de pensão (Aluísio Azevedo)	1883	36 a 40	1
Aurélia (Maria Benedita Câmara Borman)	1884	6 a 10	
Duas irmãs (Maria Benedita Câmara Borman)	1884	1 a 5	
Filomena Borges (Aluísio Azevedo)	1884	0	
Uma vítima (Maria Benedita Câmara Borman)	1884	1 a 5	
O Coruja* (Aluísio Azevedo)	1885	?	

(Continua)

(Conclusão)

Casa Velha (Machado de Assis)	1886	1 a 5	
O Ateneu* (Raul Pompeia)	1888	?	
O lar (Pardal Mallet)	1888	61 a 70	1
Memórias de Marta (Julia Lopes Almeida)	1889	6 a 10	
Quincas Borba (Machado de Assis)	1889	1 a 5	
O cortiço (Aluísio Azevedo)	1890	11 a 15	

Pelo quadro 3, percebe-se que o número de referências a escravos continua oscilando bastante, variando de zero até mais de sessenta, algo já encontrado no período anterior. No entanto, há diferenças importantes. Os dois romances que estão marcados com um asterisco, *O Coruja* e *O Ateneu*, fazem referências a criados, mas não foi possível ter certeza se eram livres ou não. “Criados”, nos romances escritos entre 1840 e 1880, eram sempre escravos, pois mais à frente os mesmos eram chamados de cativos ou recebiam um tratamento que não deixava dúvidas sobre sua condição. Aqui, essa certeza desaparece, devido à mudança no contexto. Nos anos 1880, boa parte da elite carioca já se desfizera de seus escravos e, inclusive, passara a ver com maus olhos a manutenção de africanos ou descendentes ocupando tarefas domésticas, o que era a regra quinze anos antes. Uma prova disso é a insistência de Cristiano Palha, o culto e riquíssimo homem de negócios de *Quincas Borba*, para que o interiorano Rubião se desfizesse de seus crioulos minas e contratasse criados brancos (MACHADO DE ASSIS, 2012, capítulo 3).

Outra distinção se dá na questão das alforrias. Um terço dos romances dos anos 1880 narra algum tipo de alforria, enquanto no período 1860-1880 essa proporção era de somente 18%. Nas duas obras onde está escrito “sim” na coluna de alforria (*A madrasta* e *Amores de um médico*), houve uma libertação em massa de escravos devido ao falecimento do proprietário, uma por constar no testamento e a outra por decisão dos herdeiros. Além disso, como já foi comentado, em *Casa de Pensão* (1883) há a única referência encontrada nesta pesquisa a uma alforria comprada com o dinheiro do trabalho do próprio escravo, algo que ocorria com alguma frequência no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, mas que está praticamente ausente da literatura nacional oitocentista.

Curiosamente, porém, os grandes romances abolicionistas foram produzidos nos anos 1860 e 1870, apesar de o movimento ter alcançado seu ápice na última década do Império. Talvez por ter se radicalizado e buscado o apoio das massas, os romances podem ter parecido um

meio pouco prático, já que atingia um grupo seletivo. Se isso é verdade, eles exerceram, portanto, um papel fundamental de vanguarda, de conscientização de uma determinada elite, e agora passavam a mensagem adiante de outras formas. Os panfletos se mostraram um instrumento eficaz, e, de fato, inúmeros deles foram publicados pelas organizações antiescravistas ou mesmo por iniciativa individual. Outra alternativa aos romances foi a poesia, que podia ser declamada em público e produzir uma resposta imediata. *Vozes d'África e Navio Negreiro*, de Castro Alves, talvez as mais importantes obras literárias abolicionistas do Brasil, foram publicadas pela primeira vez em 1880. Três anos depois saiu outro marco decisivo do movimento, *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, que, através de um texto analítico, buscava aliados tanto na elite nacional como na europeia e, ao mesmo tempo, desejava consolidar a sua liderança no movimento.

Por outro lado, como o abolicionismo foi se tornando cada vez mais aceito pelo público leitor, nos romances encontramos críticas à escravidão em passagens que tratam de outros assuntos, como se não fosse mais necessário convencer o público disso. Em *Casa de Pensão*, o narrador, comentando o mau tratamento que o pai de Amâncio dava a ele, afirma que “os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de ‘endireitar os filhos’” (AZEVEDO, 2014, p. 73). Esse romance também reflete o desmoraonamento da escravidão na Corte, pois o protagonista possui um escravo que desapareceu e trata disso como um evento normal, quase sem solução, mesmo sabendo que ele poderia render “40 mil réis mensais” se fosse alugado (AZEVEDO, 2014, p. 242).

Como crítica à escravidão, podemos também citar o famosíssimo trecho de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que o protagonista-narrador encontra Prudêncio, antigo escravo da família, alforriado por seu pai em testamento. Brás está caminhando pelo Valongo quando vê que:

um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: – Não, perdão, meu senhor! [...] Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova. – Toma, diabo! Dizia ele; toma mais perdão, bêbado! (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 581-582).

Brás usa sua autoridade de ex-proprietário e pede que Prudêncio perdoe o erro daquele escravo, no que é prontamente atendido, talvez pelo medo de uma reescravização, que levava muitos alforriados a manterem uma

atitude respeitosa e até mesmo submissa em relação a seus antigos senhores. O mais importante aqui, porém, é a reflexão do narrador após essa cena:

Externamente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora *é* que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 582).

Somente a hipocrisia do defunto narrador permite dizer que a conclusão do episódio era “gaiata” e “fina”. Trata-se de um golpe certo, por um lado denunciando a violência e a desfaçatez dos senhores, por outro, apontando as implicações da disseminação de sua lógica pela sociedade, uma vez que um liberto, quando podia, adquiria um escravo para si e aplicava, em seu cativo, o comportamento bárbaro que havia recebido. Sutil, neste caso, apenas o autor, que conseguiu escrever umas das críticas mais duras ao escravismo e, ainda assim, receber acusações de não representar a sociedade brasileira em suas obras ou mesmo de não se pronunciar nela contra a escravidão.

4 Conclusão

Resumindo, encontramos a representação dos escravos nos romances do Segundo Reinado dividida em três grandes fases. Na primeira delas (1840-1859), a mais homogênea e conservadora, a escravidão era naturalizada e os cativos não tinham destaque algum, com raríssimas exceções. Nos vinte anos seguintes, o panorama tornou-se mais complexo. Continuamos a encontrar a mesma defesa do sistema escravista, às vezes de maneira mais contundente, justamente porque surgiram as primeiras obras que apontam explicitamente para os limites e os problemas dessa instituição, tentando converter o leitor para sua causa. Já a última fase (1880-1889) evidencia a disseminação do abolicionismo e a chegada do movimento às ruas, aparecendo nos romances apenas a constatação de que o escravismo já havia perdido a legitimidade quase por completo.

Essa periodização é, evidentemente, uma primeira aproximação, pois o recorte de romances que se passam no Rio de Janeiro é amplo, mas não completo. No entanto, o esforço foi construir uma hipótese baseada em dados concretos e comparáveis, justamente para que outras pesquisas venham agregar mais informação ao debate.

Referências

ALENCAR, J. *Senhora*. São Paulo: Ática, 1994.

ALMEIDA, M. A. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ALONSO, A. *Flores, votos e balas: movimento abolicionista brasileiro (1868 – 1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, A. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: TA Queiros, 2000.

CARVALHO, J. M. D. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUARTE, E. A. *Machado de Assis afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

GUIMARÃES, B. *A escrava Isaura*. São Paulo: Ática, 1995.

MACEDO, J. M. *A moreninha*. São Paulo: FTD, 1998.

MACEDO, J. M. *Obras de Joaquim Manuel de Macedo*. [S.l.]: Biblioteca Digital, 2014. *E-book*.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Iaiá Garcia*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v. 1.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Quincas Borba*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MASSA, J. *A juventude de Machado de Assis: 1839-1870*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MELLO, P. C. *A economia da escravidão nas fazendas de café, 1850-1888*. Rio de Janeiro: PNPE, IPEA, 1984.

MORETTI, F. *A literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

PARRON, T. *A política da escravidão no Império do Brasil: 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, J. N. S. O testamento falso. In: _____. *Romances e novelas*. Niterói: Typografia Fluminense de Candido Martins Lopes, 1852. p. 117-224.

SOARES, L. C. *O “povo de Cam” na capital do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj, 7letras, 2007.

TEIXEIRA E SOUZA, A. G. *O filho do pescador*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

Recebido em: 23 de março de 2018.

Aprovado em: 03 de julho de 2018.